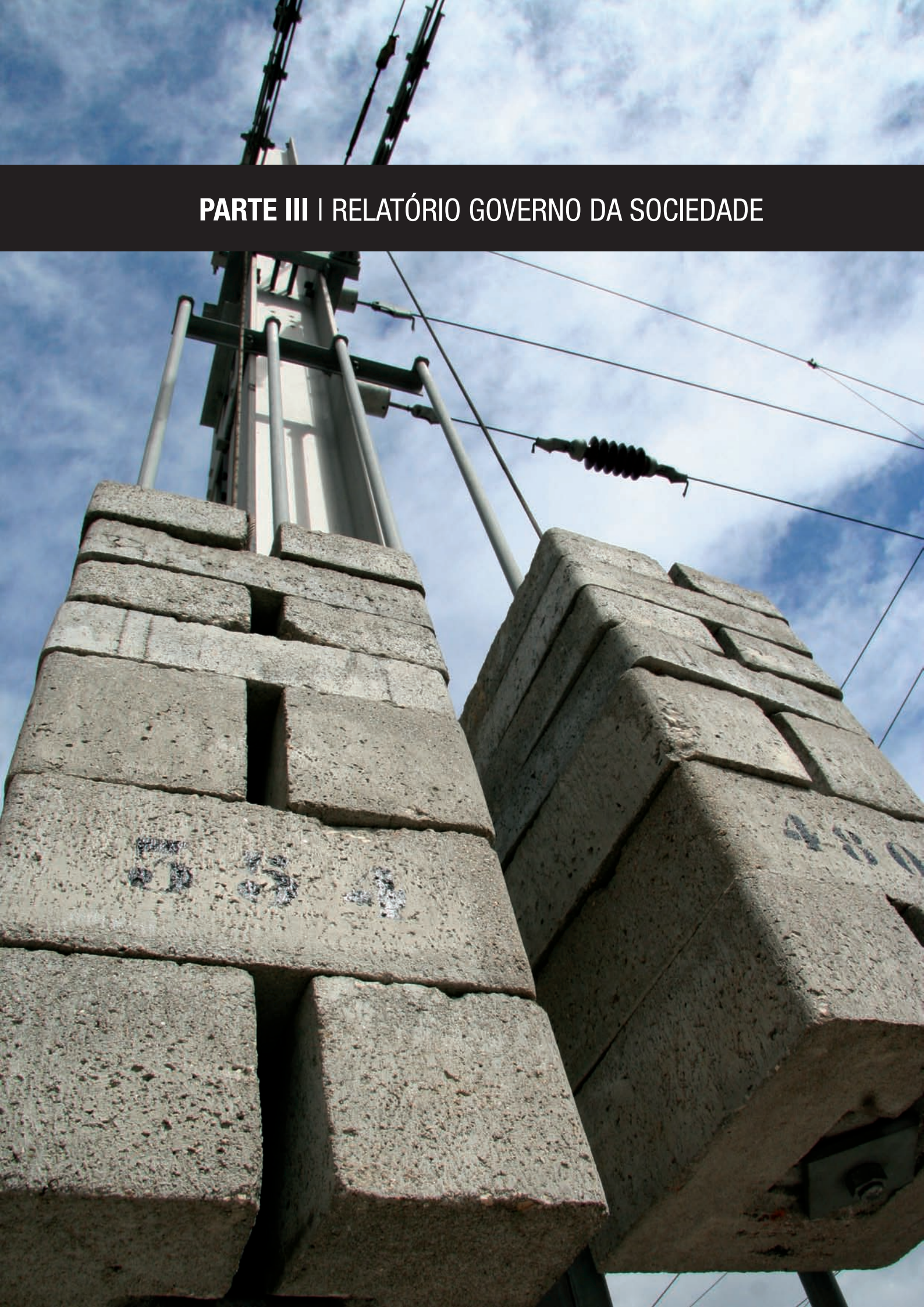
PARTE III | RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE



III GOVERNO DA SOCIEDADE

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.
Estação de Santa Apolónia
1100-105 Lisboa
Site: www.refer.pt
Capital Social: 305.200.000 euros
NIF: 503 933 813

Índice

Introdução 3
Missão, Objectivos e Políticas 4
Estrutura 7
Órgãos Sociais 8
Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais 15
Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos 18
Informação Sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas 21
Informação Sobre Outras Transacções 22
Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores 24
Cumprimentos Deveres Especiais de Informação 25
Recomendações do accionista aquando da aprovação de contas 2009 26
Cumprimento das "orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas..." 27
Componente Variável de Remunerações 28
Normas de Contratação Pública 29
Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento 31
Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento 32
Remuneração dos gestores públicos 33
Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado 34
Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental 35
Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo 36
Código de Ética e Conduta 39
Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de moda a Proteger os Investimentos e os seus Activos 40
Identificação dos Mecanismos Adoptados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses 41
Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Actualizada 42
Publicidade Institucional 44
Sistema de Gestão de Riscos 45
Anexos 47

Introdução

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades, bem como a divulgação periódica – junto dos seus stakeholders, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pela REFER, E.P.E. nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM nº 49/2007 e do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 5/2008.

Missão, Objectivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril, a REFER, E.P.E., tem como objecto principal o serviço público de gestão da rede ferroviária nacional. Incluem-se ainda no objecto:

- A construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- Actividades complementares ou subsidiárias do objecto principal.

No ano de 2008 foi publicado, no Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho, os Estatutos da REFER, os quais entraram em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.
Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E., procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos.

Natureza e objecto da REFER, E. P. E.:

"A REFER, E. P. E., é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes."

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

"Proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente."

E como Visão:

"A REFER será uma referência europeia na gestão da infra-estrutura ferroviária"

Para o desenvolvimento da sua actividade, a REFER estruturou-se diferenciando as duas vertentes da sua missão, mas considerando que o seu objecto principal se centra na prestação de serviço público de gestão de infra-estrutura. No entanto, toda a estrutura corporativa e administrativa serve indiferentemente a duas actividades.

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito das missões Gestão da Infra-estrutura e Gestão de Investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras actividades complementares.
A REFER, de acordo com o seu objecto social, actua em duas áreas de negócio que se complementam:

- **Gestão e Exploração da Infra-estrutura**, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, que engloba o comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- **Investimento** na construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento, actividade esta, que é desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).
- **Outras Actividades,** como a construção, instalação e gestão dos interfaces com os serviços de outros modos de transporte e utilizando os espaços para a valorização do património.

"O desenvolvimento do sector ferroviário está inserido numa estratégia global para o sector dos transportes, cujo objectivo é melhorar a eficácia global do sistema, de modo a responder às necessidades de mobilidade das populações, potenciando a utilização dos transportes públicos e promovendo a intermodalidade de passageiros e mercadorias, ou seja, garantindo uma melhor integração com outros modos de transporte e assegurando ligações eficientes aos principais portos e aeroportos nacionais, bem como às plataformas da Rede Nacional de Plataformas Logísticas." (Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário).
As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário (OESF), apresentadas pelo Governo em Outubro de 2006 e integradas na política geral de transportes, estabelecem um conjunto de Objectivos Estratégicos para o sector e, constituem o enquadramento para o desenvolvimento das actividades da REFER. Sendo:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

Ao nível da missão, destacam-se como Objectivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar os níveis de serviço da rede;

- Melhorar e modernizar a infra-estrutura da rede;
- Melhorar os serviços prestados aos clientes finais;
- Assegurar elevados níveis de segurança;
- Promover a sustentabilidade ambiental;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Reduzir os custos dos serviços prestados;
- Aumentar a contribuição das actividades extra exploração;
- Aumentar a produtividade da organização;
- Optimizar a gestão e controlo dos investimentos / contratos;
- Fomentar a uniformização de processos e a normalização da infra-estrutura da rede;
- Reforçar as competências técnicas e de gestão;
- Fomentar o desenvolvimento profissional;

No que se refere ao cumprimento dos objectivos traçados em 2010, há a destacar que, do **investimento total** previsto realizar, **377 591 milhões de euros a custos totais**, foram executados **406 532 milhões de euros** o que corresponde a uma **taxa de realização de 108%**.

Destacam-se a seguir as principais obras concluídas durante o ano de 2010:

- **Ramal Ferroviário do Porto de Aveiro,** aberto à exploração em Março de 2010. O Porto de Aveiro passa assim a ter uma ligação directa à rede ferroviária nacional (Linha do Norte e Linha da Beira Alta) e a estar ligado através deste modo à plataforma multimodal de Cacia. O investimento global para as infra-estruturas ferroviárias foi de cerca de 72,7 milhões de euros;
- A **Variante de Alcácer**, na Linha do Sul, com um custo total de cerca de 159 milhões de euros, sendo este um dos investimentos prioritários, definidos nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, definidas em 2006, com horizonte 2015;
- Abertura à exploração da **Variante da Trofa**, Linha do Minho introduzindo melhorias significativas às condições de exploração ferroviária permitindo aumentar a oferta, melhorar a regularidade dos serviços e reduzir os tempos de percurso nas Linhas do Minho, de Guimarães e no Ramal de Braga. O valor global do investimento foi de cerca de 66,3 milhões de euros;
- Conclusão dos trabalhos de remodelação da **Estação de Setúbal**, que teve como principais objectivos melhorar a sua funcionalidade. O valor total do investimento foi de 14,3 milhões de euros.

Estrutura

Conselho de Administração
Secretaria - Geral
Direcção de Comunicação e Imagem
Direcção de Relações Internacionais
Direcção de Auditoria Interna
Coordenação de Gestão de Contratos de Concessão para a Alta Velocidade
Direcção-Geral de Organização e Desenvolvimento
Direcção-Geral de Planeamento e Estratégia
Direcção de Coordenação de Economia e finanças
Direcção de Património Imobiliário
Direcção de Coordenação da Construção
Direcção-Geral de Exploração da Infra-Estrutura
Direcção de Gestão de Estações

Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos (Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril) a REFER, E.P. tem como órgão de gestão o Conselho de Administração e como órgão de fiscalização a Comissão de Fiscalização. O Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, veio transformar a REFER numa entidade pública empresarial procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga comissão de fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas. Até ao dia 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ENG. LUÍS FILIPE MELO E SOUSA PARDAL

- Secretaria-Geral
- Direcção-Geral de Organização e Desenvolvimento
- Direcção-Geral de Planeamento e Estratégia
- Direcção de Coordenação da Construção
- Património Imobiliário

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ENG.º ALBERTO JOSÉ ENGENHEIRO CASTANHO RIBEIRO

- Engenharia e Exploração da Infra-estrutura
- Segurança
- Gestão de Estações

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DR. ROMEU COSTA REIS

- Auditoria
- Relações Internacionais
- Fundos Comunitários
- Comunicação e Imagem

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ENG.º CARLOS ALBERTO JOÃO FERNANDES

- Direcção de Coordenação de Economia e Finanças
- Desenvolvimento e Gestão de Concessões da Alta Velocidade
- Contratualização com o Estado
- Sistemas e Tecnologias de Informação

Os currículos dos membros do Conselho de Administração da REFER estão disponíveis no site da empresa (www.refer.pt).

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

Em 2010 o Conselho de Administração efectuou 51 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	**51**

Nas suas reuniões o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências delibera sobre:

a) Os objectivos, estratégias e políticas de gestão da empresa
b) Os planos de actividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela;
c) Apresentação ao Ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de Março de cada ano, os documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior;
d) Gestão dos negócios da empresa e as operações relativas à prossecução do respectivo objecto;
e) Contracção de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;

f) Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de protecção e de exercício de servidões administrativas;
g) A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções colectivas de trabalho;
h) Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
i) A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 2010, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Refer Telecom	Presidente
		Rave	Presidente
Dr. Romeu Costa Reis	Vogal	Ferbritas	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Rave	Vogal
		CP Com	Vogal
Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	CP Com	Presidente
		Rave	Vogal

Objectivos Anuais 2009-2011

Estabelece o Decreto-lei nº 71/2007 que o desempenho das funções de gestão praticadas pelos gestores públicos deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no art. 11º do DL 558/99, de 17/12, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral (art.º 6.º, n.º 1). No seguimento do preconizado pelo referido Decreto-lei foi assinado, em 30 Julho de 2009, entre a Administração da REFER e Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações - Secretaria de Estado dos Transportes (representantes do estado português), um

Contrato de Gestão, para cada um dos Administradores, o qual estabelece indicadores e metas quantificadas com vista à prossecução dos objectivos estabelecidos, para o triénio 2009-2011.

Os indicadores e metas propostos para 2010, assim como o seu grau de realização foram os definidos na tabela abaixo:

REFER Objectivos Anuais 2009 . 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011	Ponderação
			Meta	Meta	Meta	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns)	[Custos de Funcionamento Ano N /Custos de Funcionamento Ano N-1]-1	8%	4%	3%	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	(Saldo fornecedores exigivel)/(Compras+FSE+Investimento)(12 meses)*365 **(RCM 34/2008 e Inf. DGT)**	50 dias	42 dias	36 dias	5%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	EBITDA/Rendimentos Próprios (em %)	-157%	-138%	-129%	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	>=14M€	>=15M€	>=16M€	15%
5. Qualidade Fiabilidade do serviço	Indice de Pontualidade	[Ipp*CP/CT+IPm*CM/CT]/CT (%)	83%	84%	85%	10%
	Indice de Qualidade da rede (IQV)	Através de Equipamento especifico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom: 67 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 4	Bom: 68 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 3	Bom: 69 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 2	10%
6.Segurança	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	Nº de Acidentes Significativos/Ck realizados	1,771	1,682	1,597	5%
7. Controlo dos Investimentos	Desvio Financeiro	Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos (%) ((Execução financeira no período)/(Valor orçamentado no período)-1)	<=12%	<=11%	<=102%	15%

Objectivos de Gestão para 2009 . 2011

Realização 2010

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2010		
			Real	Meta	Desvio
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns) (%)	[Custos de Funcionamento Ano N /Custos de Funcionamento Ano N-1]-1	3,5%	4,0%	- 0,5 p.p.
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores (dias)	((Compras+FSE+Investimento)(12 meses)/(Saldo fornecedores exigivel))*365 (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	61 dias	42 dias	19 dias
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA (%)	EBITDA/Rendimentos Próprios (em %)	-151%	-138%	- 13 p.p.
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core (M €)	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	13,9 M €	>= 15 M€	- 1,1 M €
5. Qualidade e Fiabilidade de Serviço	Índice de Pontualidade (%)	[Ipp*CP/CT+IPm*CM/CT]/CT (%)	86%	84%	2 p.p.
	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento especifico são levantados os defeitos geométricos da via em função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom:65% Aceitável:24% Deficiente:8% Mau:3%	Bom:68% Aceitável:23% Deficiente:6% Mau:3%	Bom: - 3 p.p. Aceitável: 1 p.p. Deficiente: 2 p.p. Mau: 0 p.p.
6. Segurança (*)	Número de acidentes significativos ocorridos por milhão de comboio.quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	N.º de Acidentes Significativos / 10⁶ ck realizados	0,971	1,682	-0,711
7. Controlo dos investimentos (**)	Desvio Financeiro (%)	Desvio Financeiro de execução do orç. Investimento (%) ((Execução Financeira no período)/(Valor Orçamentado no período)-1)	8%	<=11%	- 3 p.p.

Órgãos de Fiscalização (Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho)

"Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa."

Conselho Fiscal

"Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais;
b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos actos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância."

Revisor Oficial de Contas

"Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
c) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela empresa conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efectuados e as anomalias detectadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respectivas causas."

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, a Comissão de Fiscalização manteve-se em funções.

Comissão de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	DC 641/2005
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Auditoria

De acordo com o estabelecido no contrato, celebrado em 2010, para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Grupo REFER, Apoio à Comissão de Fiscalização:

Auditoria Externa: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER E.P.E., à data de 31 de Dezembro, é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de 6 864,70 euros, 14 vezes por ano;

Vice-Presidente (Cessou funções em Junho de 2010)

- Remuneração de 6 685 euros, 14 vezes por ano;

Vogais

- Remuneração de 5 991,65 euros, 14 vezes por ano.

2. Comissão de Fiscalização

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Remuneração Exercício Comissão Fiscalização 950,51€12 vezes por ano

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, são:

Conselho de Administração - Remunerações 2010

[euros]

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Remunerações 2010	Eng . Luís Filipe Melo e Sousa Pardal Presidente	Dr. Alfredo Vicente Pereira Vice Presidente	Dr. Romeu Costa Reis Vogal	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro Vogal	Eng. Carlos Alberto João Fernandes Vogal
1. Remuneração					
11 Remuneração base/Fixa a)	101 164	37 213	88 298	88 298	88 298
12. Redução decorrente da Lei 12-A (30/06/2010)	- 3 252	- 189	- 2 838	- 2 838	- 2 838
13. Remuneração base/Fixa efectiva (11 - 12.)	97 912	37 024	85 460	85 460	85 460
14. Senha de presença					
16. Acumulação de funções de gestão					
17. Remuneração variável					
18. IHT (isenção de horário de trabalho)					
2. Outras regalias e compensações					
2.1 Gastos de utilização de telefones	302	136	258	740	2 316
2.2. Valor de aquisição, pela empresa, da viatura de serviço	17 149	6 851	13 584	14 064	13 606
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4 189	1 355	2 247	3 460	2 136
2.4. Subsídio de deslocação	334		1 504	752	1 921
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime convencionado					
3.2. Seguros de saúde	285	285	285	285	285
3.3. Seguros de vida	34	34	34	34	34
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
4. Parque Automóvel					
4.1 Marca	Volvo	BMW	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2 Modelo	S80	525D	E220 CDI	E220 CDI	E220 CDI
4.3 Matrícula	74-IO-93	63-CX-09	48-FT-67	30-EF-86	30-EF-57
4.4 Valor da viatura					
4.5 N.º prestações b)					
4.6 Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	17 149	6 851	13 584	14 064	13 606
4.7 Ano de aquisição da viatura	2 009	2 007	2 008	2 007	2 007
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4 189	1 355	2 247	3 460	2 136
5. Informações Adicionais					
5.1Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n	n	n	n	n
5.2. Regime convencionado	Regime Normal	Regime Normal	Caixa Geral Aposentações	Regime Normal	Regime Normal
5.2.1 Segurança social (s/n)	s	s	n	s	s
5.2.2. Outro (s/n)	n	n	s	n	n
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	AOV 2009	AOV 2007	AOV 2008	AOV 2007	AOV 2007
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n	n	n	n	n
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de Julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Este mesmo Decreto-Lei prevê, que até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização mantém-se em funções.

Comissão de Fiscalização 2010

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração		
Remuneração base	11 406	
Segurança social obrigatória	2 709	
Regime Segurança Social	Regime Normal	
Honorários		61 708
TOTAL	**14 115**	**61 708**

Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa -** VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90 de 17 de Março -** aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei 104/97** de **29 de Abril de 1997** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008.
- **Decreto-lei n.º 558/99,** de 17 de Dezembro (Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 93/2000**, de 23 de Maio, estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de Julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de Julho, que procede à supressão de omissões detectadas na transposição da Directiva nº 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho, operada pelo Decreto-Lei nº 93/2000, de 23 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003**, **de 4 de Novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafectação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de Agosto.
- **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de Janeiro,** altera o Regulamento de Passagens de Nível, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro.
- Em Março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infra-estrutura.
- Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou,** logo neste ano, a primeira edição do **Directório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.
- **Decreto-Lei n.º 156/2005**, **de 15 de Setembro**, estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.

- Relativamente a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários a REFER deve publicar toda a informação exigida no **Código dos Valores Mobiliários,** bem como nos **Regulamentos da CMVM nº 5/2008 (**define os deveres de informação de emitentes de valores mobiliários) **e 11/2005** que se refere à adopção das IFRS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007**, de 7 de Maio, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 231/2007**, de 14 de Junho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que altera a Directiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de Julho, relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários, e, parcialmente, a Directiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade, alterando e republicando o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infra-estrutura ferroviária.
- Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de Março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de Junho.
- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril** – Aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector de transportes terrestres.
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007** aprova os princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Lei n.º 67/2007,** de 31 de Dezembro – Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei nº 71/2007,** de 27 de Março aprova o novo estatuto do **Gestor Público.**
- **Decreto-Lei n.º 280/2007,** de 27 de Agosto – Estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Decreto-Lei nº 300/2007** de 23 de Agosto - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas.
- **Decreto-Lei 18/2008,** de 29 de Janeiro e legislação complementar **-** Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objectivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

- **Decreto-Lei n.º 58/2008,** de 26 de Março - Estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei n.º 77/2008,** de 29 de Abril - Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Passagens de Nível e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível.
- **Despacho n.º 14277/2008, de** 23 de Maio. Através do Decreto -Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, procedeu-se à alteração do regime jurídico do sector empresarial do Estado constante do Decreto -Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, tendo em conta a experiência colhida ao longo de cerca de oito anos na respectiva aplicação prática e a necessidade de assegurar a harmonia entre aquele regime e o novo Estatuto do Gestor Público, constante do Decreto -Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.
- **Decreto-Lei n.º 141/2008,** de 22 de Julho, o qual altera e república os Estatutos da REFER, tendo entrado em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P. E.**
- **Portaria n.º 701-D/2008,** de 29 de Julho, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 69-A/2009**, de 24 de Março estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março.
- **Portaria n.º 959/2009,** de 21 de Agosto, é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitada de obras públicas.

Informação Sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2010 as transacções mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são os que se encontram no quadro seguinte:

Transacções Relevantes com empresas do Grupo REFER

[euros]

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave- Rede de Alta Velocidade, S.A.	Prestação de serviços	1 327 456
	Total	**1 327 456**
CPCom- Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A.	Compras de serviços	- 10 865
	Prestação de serviços	2 118 266
	Total	**2 107 401**
REFER TELECOM-Serviços de Telecomunicações, S.A.	Compras de serviços	-17 635 793
	Prestação de serviços	1 958 047
	Custos Financeiros	- 18 038
	Total	**-15 695 783**
Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	Compras de serviços	-13 061 149
	Prestação de serviços	19 317
	Custos Financeiros	- 18 946
	Total	**-13 060 778**
Invesfer - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edificios, S.A.	Compras de serviços	-1 793 551
	Prestação de serviços	713 465
	Custos Financeiros	- 6 861
	Total	**-1 086 948**

Informação Sobre Outras Transacções

A partir do dia 30 de Julho de 2008 a REFER, E.P.E. passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efectua a transposição das directivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (empreitadas de obras públicas);
b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (aquisições de bens e serviços);
c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

A REFER adoptou, em 2007, procedimentos internos de contratação, centralizado na Direcção de Contratualização, Procurement e Logística, todos os procedimentos contratuais inerentes à contratualização de empreitadas ou prestações de serviços a promover mediante processo de concurso público ou ajuste directo, cujo valor estimado seja igual ou superior a 250 mil euros.

No quadro seguinte apresentam-se os fornecedores cujo valor facturado foi superior a 1 milhão de euros, o que representa 90% do total facturado por fornecedores à REFER:

[euros]

Empresa	Valores Facturados em 2010
OPWAY - Engenharia, SA	34 042 154
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias SA	33 433 702
Refer Telecom Serv Telecomunic SA	25 819 613
Neopul - Soc Estudos Construções SA	25 152 028
Ferrovias e Construções, S.A.	24 692 726
Dimetronic SA	24 354 657
THALES PORTUGAL, SA	19 517 627
Obrecol - Obras e Construções SA	19 139 800
Ramalho Rosa Cobetar Soc. Constr.SA	17 116 698
SOMAGUE Engenharia SA	16 145 445
ArcelorMittal España, S.A.	15 692 021
FERBRITAS - Empreend. Industriais	15 376 469
Teixeira Duarte-Eng. Construções SA	15 018 226
Geofer -Prod Com Bens Equipament SA	12 917 209
Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	12 459 828
Edifer-Const.Pires Coelho	12 157 613
Futrifer-Indústrias Ferroviárias SA	11 013 070
DST - Domingos da Silva	10 956 252
VIAS Y CONSTRUCCIONES SA	7 774 959
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	7 088 733
EDP Serviço Universal, S.A.	6 685 536
Satepor-Indústria de Travessas de	5 348 713
Grupo 8-Vigilância Prev Electr Lda	5 021 459
IMTT - Instituto da Mobilidade e	4 564 371
BRISA Engenharia e Gestão, SA	4 527 936
Construções Gabriel A. S. Couto SA	3 985 646
Bombardier Transportation Portugal,	3 876 555
TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas	3 797 936
Monte Adriano - Eng Construção, SA	3 552 925
FITONOVO, Lda.	3 252 228
GIBB Portugal Strategic Alliance	3 034 378

[euros]

Empresa	Valores Facturados em 2010
Construtora Abrantina, Sa	2 872 208
Mota - Engil, Engenhar e Construção	2 536 871
AVS-Corretor Seguros , SA	2 464 787
Credit Suisse	2 361 555
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A	2 328 421
Promorail - Tecnologias de	2 186 845
Siemens,S.A.	2 084 484
INVESFER-Prom.Com.Terr.Edifícios SA	2 075 923
Petróleos de Portugal-Petrogal-SA	1 857 635
ALSTOM TRANSPORTE, SA	1 838 553
Ws Atkins(Portugal)Consultores	1 815 363
ELECTREN, SA - Sucursal em Portugal	1 763 376
Iberlim-Sociedade Técnica	1 673 572
COBA - Consult Ob Barrag Planeam SA	1 668 783
EFACEC Engenharia SA	1 615 314
OFM-Obras Púb, Ferrov. Marítimas SA	1 505 738
ECG Engenharia, Coordenação Gestão	1 483 775
EMEF -Emp Manutenc Equip Ferrovº SA	1 446 221
Spie Batignolles Europe	1 437 995
Nortejuvil-Sociedade de Construções	1 400 953
Iberdrola Generacion, S.A.U	1 374 431
João Mata Lda	1 338 204
GIL - Gare Intermodal de Lisboa SA	1 323 461
Maranhão - Soc de Construções Lda	1 317 016
Montaco Tratamentos Anticorrosivos	1 298 063
TPF Planege - Consultores Eng	1 231 051
José Oliveira Chaves & C.ª Lda	1 149 453
LeasePlan Portugal-Com Alug Automóv	1 091 773
Gapres - Gabinete Proj Eng Ser SA	1 087 027
PENGEST-Planeamento, Engenharia e	1 024 889

Nota: Valores com IVA incluído

Em Anexo encontram-se os contratos assinados em 2010 cujo valor é superior a 250 mil euros.

Anexos:

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (Ajuste Directo)
Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros
Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250 mil euros
Anexo IV – Aquisição de Serviços de valor superior a 250 mil euros

Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 Fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objectivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades publicas. Estabelece a RCM objectivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publicita o seu prazo médio de pagamento no seu relatório e contas anual envia igualmente, trimestralmente à DGTF os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução foi:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

[dias]

	31-Dez-09	31-Mar-10	30-Jun-10	30-Set-10	31-Dez-10
PMP (dias) cf.Despacho n.º 9870/2009	44	44	46	48	61

O agravamento do indicador, de 48 dias em Setembro para 61 dias em Dezembro, reflecte o incremento do investimento registado no 4º trimestre de 2010, o qual registou um acréscimo de 80% face a Setembro, por outro lado os saldos de terceiros registaram um incremento de cerca de 89%.

Cumprimentos Deveres Especiais de Informação

(em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio)

No cumprimento do Despacho nº 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas os seus Planos de Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respectivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e Diário da República.

Deveres Especiais de Informação

[Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio]

	DGF	MOPTC	SIRIEF	GPERI	IGOPTC	IGF
Planos de Actividades Anuais e Plurianuais	X	X	X	X	X	X
Orçamentos anuais incluindo estimativa de operações Financeiras com o Estado	X	X	X	X	X	X
Planos de investimentos anuais e plirianuais e respectivas fontes de financiamento	X	X	X	X	X	X
Relatórios trimestrais de execussão orçamental acompanhado dos relatórios do órgão de fiscalização	X	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X
Documentos de prestação anul de contas, bem como relatórios produzidos pelos auditores externos e relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas	X	X	X	X	X	X

Recomendações do accionista aquando da aprovação de contas 2009

As contas da REFER, referentes ao exercício de 2009, foram aprovadas por Despacho Conjunto, de 30 de Julho de 2010, dos senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Secretário de Estado dos Transportes. No referido Despacho recomenda-se "ao Conselho de Administração que melhore o sistema de planeamento e programação de empreendimentos de modo a eliminar a sobrevalorização dos orçamentos de investimentos."

Em 2010 a REFER reviu o seu plano de investimentos visando a contenção de custos e a selectividade do Investimento, garantindo a manutenção do nível de segurança e de eficiência do serviço prestado.

Cumprimento das "orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas..."

Estabelece o ofício nº 1730, de 25 de Fevereiro, da DGTF que as empresas do Sector Empresarial do Estado deverão seguir a política de não actualização dos salários nominais para o ano de 2010, assim como abster-se de negociar cláusulas de efeito pecuniário com implicações significativas em anos subsequentes. Neste contexto, e ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, a negociação colectiva efectuada em 2010 não resultou em qualquer aumento dos Vencimentos Base e das restantes Cláusulas de Expressão Pecuniária.

Componente Variável de Remunerações

Determina o ofício circular nº 2590 que seja adoptada por todo o Sector Empresarial do Estado uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração, designadamente não havendo lugar, nos anos de 2010 e 2011, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Assim, apesar de se reconhecer o cumprimento dos objectivos fixados, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável aos membros do Conselho de Administração.

Normas de Contratação Pública

(Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a REFER, E.P.E. encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspectos específicos decorrentes das regras do CCP).

Nesse âmbito, a REFER, E.P.E. utiliza actualmente, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objectivos a atingir, sempre na óptica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspectiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações mais recentes que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), a REFER, E.P.E. encontra-se em vias de adopção de minutas tipo referentes à iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

Sendo que, no caso da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta incluirá de modo individualizado e entre outros aspectos, a necessidade de contratar – tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas -, bem como a explicitação dos objectivos que se pretende alcançar.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€, conforme orientação transmitida via ofício circular nº 6132, de 6 de Agosto de 2010, da DGTF), tal minuta incluirá, também de modo individualizado e entre outros aspectos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respectiva justificação.

Anota-se que, actualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em preparação, a REFER, E.P.E. acautela já devidamente nos respectivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidade e de penalidades por deficiências no serviço.

Informa-se, ainda, que a REFER, E.P.E. tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente (como é o caso da Refer Telecom) conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas adoptem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento

Estabelece o Despacho nº 510/10 da SETF de 1 de Junho, que as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) devem promover uma maior selectividade no investimento público e estabilizar o crescimento do nível do endividamento das empresas do SEE. Assim o Programa de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas, no âmbito do Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações.

Assim, em 2010 a REFER reviu em baixa quer o seu orçamento de exploração quer o orçamento de investimento, observando os limites que lhe foram autorizados mo âmbito do Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações. Os investimentos foram reformulados de forma a garantir as adequadas condições de segurança e serviço.

Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento

(PEC)

Decorre actualmente o processo de adesão da REFER ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e da respectiva credenciação de utilizadores para as aplicações que suportam o mesmo. Paralelamente, está a ser feita a análise das categorias de produtos e serviços que constam do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) de forma a possibilitar a utilização deste sistema quando terminem os contratos em vigor ou surjam novas necessidades.

Remuneração dos gestores públicos

No âmbito do previsto no art.º 12º da lei nº 12-A/2010 a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores da REFER foi reduzida em Junho de 2010 em 5%.

Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado

Em consequência do sub-financiamento crónico do Estado à REFER, a gestão de tesouraria desta empresa só é possível através do recurso permanente a instrumentos de dívida, nomeadamente a instrumentos de curto prazo, como sejam, os descobertos e programas de papel comercial;

A maior ou menor capacidade de negociação destas linhas de curto prazo depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias que são utilizados pela REFER bem como do volume/valor dos movimentos efectuados junto dessas instituições;

Os valores de disponibilidades em caixa e depósitos à ordem são mantidos com saldos mínimos, uma vez que a sua simples existência pressupõe que a empresa se está a financiar para os manter. Assim, estas disponibilidades existem apenas para fazer face a créditos imediatos de pagamentos em trânsito;

Dado o elevado número de operações de pagamento a fornecedores e colaboradores, a empresa utiliza ficheiros PS2 para efectuar a maioria dos seus pagamentos a terceiros;

Nas situações esporádicas em que a Empresa tenha a possibilidade de efectuar aplicações financeiras, estas serão, nos termos da Lei, canalizadas para o IGCP. No entanto, cabe-nos referir que estas situações acarretarão um custo de oportunidade para a REFER caso ainda não seja possível proceder a aplicações de muito curto prazo (O/N, T/N...) já que a duração das aplicações que a REFER realiza não excedem este horizonte temporal.

Sobre estas questões a REFER questionou o IGCP (Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.), não tendo obtido resposta até à data de fecho do presente relatório.

Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios Económico, Social e Ambiental, estão incluídos no Relatório de Sustentabilidade produzido pela REFER desde 2004. Neste relatório estão referidos os seguintes aspectos:

- Estratégias adoptadas;
- Grau de cumprimento das metas fixadas;
- Politicas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
- Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa;
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
  - Responsabilidade Social:
    - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
    - Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
    - Adopção de práticas ambientalmente correctas.
  - Desenvolvimento sustentável:
    - Criação de valor para o accionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das actividades);
    - Promoção da protecção ambiental;
    - Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).
  - Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade.
- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo;
- Planos de acção para o futuro.

Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

(RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

De forma a tornar clara a conformidade do Relatório e Contas de 2010 com o instituído pela Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, foi elaborada a seguinte tabela descrevendo cada um dos princípios:

Príncipios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM nº 49/2007, de 28 de Março)

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado					
I.1. Missão, objectivos e princípios gerais de actuação da empresa					
1.1. Procede à enunciação e divulgação da sua missão, objectivos e políticas, no seio da própria empresa e junto das empresas participadas que controla? Como?	√			Publicação no Relatório e Contas, site da empresa e divulgação no portal interno.	Relatório e Contas
1.2. Elabora planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis? Descreva os meios.	√			O Plano de Actividades é elaborado envolvendo os vários orgãos da empresa e conjugando esforços no sentido de um objectivo comum. No caso especifico da Actividade de Investimentos é elaborado em conformidade com as instruções informais da Tutela.	
1.3. Define as estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental, com identificação dos objectivos e explicitação dos instrumentos de planeamento, execução e controlo? Por que meios?	√			Cada área da empresa define a sua estratégia considerando e interacção destas três vertentes.A sua divulgação é efectuada através do Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
1.4. Adopta planos de igualdade tendentes a alcançar igualdade de tratamento e de oportunidades entre sexos, eliminação de discriminações e promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional? Exemplifique.	√			**A REFER actua no respeito pela igualdade entre os sexos, eliminação de discriminações e promoção da vida pessoal, familiar e profissional. Exemplos:** **a)** o trabalho é remunerado da mesma forma quer seja exercido por homens ou mulheres; **b)** o recrutamento e selecção trata os candidatos de ambos os sexos de igual forma **c)** a empresa proporciona aos seus trabalhadores casados ou em união de facto o possibilitadade de gozarem férias juntos **d)** os horários são adaptados às necessidades familiares	
1.5. Presta informação anual, à Tutela e ao público em geral, do modo como foi prosseguida a missão da empresa, o grau de cumprimento dos objectivos, a forma de efectivação da política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos em que foi assegurado o serviço público? Por que meios?	√			Através do Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade	Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade
1.6. Prevê e estabelece políticas de investigação, desenvolvimento, inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo? Por que meios?	√			A REFER tem na sua estrutura um departamento que se dedica ao desenvolvimento de projectos na área de investigação e desenvolvimento; Estabeleceu também protocolos com Universidades.	

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
1.7. Estabelece medidas de valorização profissional dos trabalhadores da empresa? Demonstre.	√			A REFER proporciona **regularmente** aos seus trabalhadores a possibilidade de se candidatarem a processos de **mobilidade profissional interna** que visam a ascensão a funções mais qualificadas e de maior estatuto profissional. Estes processos são acompanhados de acções de formação de enquadramento para as novas categorias que procuram a qualificação e valorização profissional dos trabalhadores. A empresa também recorre com frequência a processos de reconversão profissional. Neste aspecto, temos a salientar os **processos de integração na carreira técnica,** que consistem em dar absoluta prioridade (ou mesmo incentivar) a ocupação de vagas relativas a funções desta carreira a trabalhadores de outras categorias mas que tenham os requisitos essenciais (formação de base e experiência profissional detidas).	
1.8. Estabelece e divulga os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços? Por que meios?	√			Foi criado um manual de contratação com procedimentos e documentos tipo a utilizar, o qual está publicado no portal interno da empresa.	
1.9. Utiliza critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e eficiência que assegurem a igualdade de oportunidades entre os agentes económicos que operem no mercado considerado? Exemplifique.	√			Nas consultas ao mercado, para adjudicações, são definidas regras as quais contemplam os principios referidos.	
1.10. Procede à divulgação anual de todas as transacções que não tenham decorrido em condições de mercado, assim como a lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de 1 milhão de euros?	√			Esta informação é prestada no Relatório e Contas	Relatório e Contas
1.11. Procedeu à criação ou aderiu a um Código de Ética, promovendo a sua divulgação entre colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral? Demonstre.	√			O código de ética da REFER está publicado no seu site assim como no portal interno.	
I.2. Estruturas de administração e fiscalização					
2.1. Tratando-se de uma empresa de elevada dimensão e complexidade, especializou a sua função de supervisão, criando comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras?		√			
2.2. É elaborado anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, por parte dos membros não executivos dos órgãos de administração, dos membros do conselho geral e de supervisão ou, quando não existam, dos membros do órgão de fiscalização?			√		
2.3. Procede igualmente à elaboração anual de uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na		√			

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
2.4. São realizadas auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes? Exemplifique.	√			É emitido, pelos auditores externos, relatório anual de auditoria às contas e pelo Revisor Oficial de Contas a Certificação Legal de Contas	Relatório e Contas
2.5. Procedeu à criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa? Demonstre	√			Através da aprovação de normas especificas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e E contratos)	
2.6. Existe rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização? Demonstre.	√			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Procede à divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização? Por que meios?	√			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	Relatório e Contas
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstém-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si	√				
4.2. É efectuada uma declaração, no início de cada mandato, ao orgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos orgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam susceptíveis de gerar conflitos de interesses?	√				
I.5. Divulgação de informação relevante					
5.1. Procede à divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passiveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de	√			No site da CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Procede à explicitação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada?			√		
II. Princípios relativos à divulgação de informação					
1. Divulga, em site próprio e no site da DGTF, a informação financeira histórica e actual da empesa, identidade e elementos curriculares dos membros dos orgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três	√			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTF (SIRIEF)	Relatório e Contas
2. Foi nomeado um Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	√			Existe no site da EMPRESA uma opção que se designa "Serviço ao cidadão" através da qual o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são reencaminhadas para os departamentos repectivos consoante o assunto.	
3. É incluído, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclua: regulamentos internos e externos; transacções relevantes; remunerações dos orgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo? Demonstre.	√			Ver Relatório e Contas	Relatório e Contas

Código de Ética e Conduta

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua actividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente, membros da Comissão de Ética realizaram reuniões com estruturas da empresa, participaram nos estágios de integração e foi criada uma área dedicada à ética no portal interno onde a Comissão divulga as melhores práticas neste domínio.
A tónica da actuação recaiu, essencialmente, em acções de divulgação e sensibilização que visaram enquadrar as diversas situações do quotidiano laboral à luz dos princípios e valores fundamentais para a REFER, bem como das normas de conduta em vigor.
A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.
Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a actuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em www.refer.pt.

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço electrónico comissao.etica@refer.pt.

Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de moda a Proteger os Investimentos e os seus Activos

(Ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

Com a entrada em vigor do novo código da contratação pública através da publicação do Decreto-Lei nº 18/2008 e, tendo em vista uniformizar a informação e definir os procedimentos que fixem as competências e a forma como deve ser exercido o respectivo controlo foi criado um manual de Procedimentos de Contratação, o qual envolve a função contratação na sua globalidade. Através da Deliberação nº 29/08 de 24 de Julho, o Conselho de Administração aprovou o "Manual Interno de Contratação", o qual inclui as minutas tipo.

Identificação dos Mecanismos Adoptados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

(Ponto 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

"Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspecção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse."

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Actualizada

(Prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

Informação a constar no Site SEE

(RCM nº 49/2007, de 28 de Março)

	Cumprido			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos Actualizados (PDF)	√			Estatutos
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Caracterização da empresa
Ficha Sintese da Empresa	√			Ficha sintese
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, politicas, obrig.serv. Publico e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Princípios de Bom Governo
Avaliação do Cumprimentos dos PBG	√			Princípios de Bom Governo
Código de Ética	√			Princípios de Bom Governo
Informação Financeira histórica e actual	√			Informação Financeira histórica e actual
Esforço Financeiro do Estado	√			Esforso Financeiro Público

Informação a constar no Site da Empresa

(RCM nº 49/2007, de 28 de Março)

	Cumprido			Comentários
	Sim	Não	Não Aplicável	
Existência de Site	√			www.refer.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Organigrama	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação Órgãos Sociais	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificações das áreas de responsabilidade do CA	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificação de comissões existentes na sociedade	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificar sistemas de controlo de riscos	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Remunerações dos órgãos sociais	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Regulamentos internos e externos	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Transacções fora das condições de mercado	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Relatório de Sustentabiliodade
Código de Ética	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Relatório e Contas	√			Relatório e Contas
Provedor do Cliente	√			Serviço ao cidadão

Publicidade Institucional

(RCM n.º 47/2010)

Integrada na área da comunicação empresarial, uma das ferramentas estratégicas adoptadas para veicular a missão da REFER, enquanto empresa gestora da rede ferroviária nacional, e divulgar as suas actividades de serviço público é a publicidade institucional.

Durante 2010, a REFER centrou esta actividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança. A estratégia adoptada, dentro de uma óptica de optimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objectivos:

- Informar sobre o lançamento de concursos públicos, no âmbito de empreitadas de construção, conservação e modernização, e sobre outros investimentos em curso;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e esclarecer sobre actividades da REFER com impacto nas populações (interdições, entradas ao serviço, etc.);
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projecção pública da REFER, melhorando a percepção social sobre o carácter único e específico da actividade da Empresa.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Campanha de sensibilização de segurança em passagens de nível – No âmbito da campanha "Pare, Escute, Olhe" e das conclusões da Consulta Pública associada ao "Livro Verde sobre Segurança em Passagens de Nível" foram realizadas acções publicitárias em diversos órgãos de imprensa nacional, numa estação de rádio nacional e em três canais de televisão em sinal aberto;
- Publicidade direccionada na imprensa regional e especializada (ex: em suplementos especiais sobre a Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, no Jornal de Negócios e no Diário de Aveiro; sobre a conclusão da remodelação da Estação de Setúbal, no jornal "O Setubalense" e sobre os constrangimentos provocados pela obra de remodelação da Estação de São João do Estoril, no Jornal da Região de Cascais);
- Presença em órgãos de informação ferroviária: revista O Foguete, da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário, e revista Flecha de Prata, do Clube de Entusiastas do Caminho-de-ferro (edição especial, com primeira página e artigo sobre os investimentos na modernização da rede ferroviária nacional).

Em 2010 o investimento realizado em publicidade institucional foi no valor de 100.147,31 euros.

Sistema de Gestão de Riscos

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, a REFER tem vindo a desenvolver um conjunto de sistemas de controlo interno e de gestão de risco que visam essencialmente garantir a conformidade entre objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas internacionais, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente na preparação e divulgação de informação financeira, correspondendo assim ao compromisso assumido pela REFER, com a melhoria do ambiente de controlo interno e dos processos de gestão de risco.

Neste âmbito cabe referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adoptados, que se encontram disponíveis para consulta no portal interno da empresa e são objecto de revisões regulares por parte dos órgãos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objectivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) –SAP e aplicações informáticas de apoio à sua actividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objecto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009, veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

Assim, importa referir que a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na empresa e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, representando este documento uma sistematização e descrição sumária do modelo organizativo instituído.

Em 2010 foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão do Risco, órgão autónomo e directamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuição, entre outras, proceder à avaliação regular, em articulação com os responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas, sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

A metodologia de avaliação seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e as orientações estabelecidas pela norma internacional ISO 31001 sobre gestão de riscos.

No que se refere à implementação e execução dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, e na sequência das referências supra-mencionadas, foi desenvolvido em 2010, um conjunto de acções de controlo e de tratamento do risco que contribuíram substancialmente para reforçar o ambiente de controlo interno da REFER e mitigação de riscos, nomeadamente:

i) Controlo regular e periódico da execução de instrumentos previsionais de gestão, designadamente, planos de actividades e orçamentos de exploração e de investimentos, quer pela elaboração e análise de relatórios mensais de execução quer pelo acompanhamento diário das diversas actividades;

ii) Revisão regular e aprovação de normativos internos que regulam as actividades de controlo e acompanhamento, devendo-se destacar a revisão de todos normativos internos e levantamento dos processos de controlo das actividades de relato financeiro, prevendo-se que seja publicado em 2011, um manual de controlo interno abrangente e completo sobre esta matéria;

iii) Diagnóstico e revisão de modelos de controlo implementados, nomeadamente mecanismos de controlo instituídos nas actividades de gestão de stocks e de controlo de custos;

iv) Avaliação por parte da Comissão de Supervisão da Gestão de Riscos, em articulação com os responsáveis pelas diversas direcções, sobre o grau de execução e implementação dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco instituídos, e respectiva elaboração e publicação, no sítio electrónico da empresa, do relatório anual de execução do plano de prevenção de riscos de gestão;

v) Acções de formação, sobre os procedimentos de controlo interno relativos a actividades de Contratação Pública, extensíveis a todos os colaboradores com intervenção nesta actividade;

vi) Participação nos trabalhos da Comissão Técnica 180 da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) para elaboração da versão portuguesa da norma da série ISO 31000.

---

[1] International Standard 31000 – Risk management – principles and guidelines (primeira edição de 15 de Novembro de 2009).

Anexos

(Anexo ao capitulo Informação sobre Outras Transacções)

Contratos assinados em 2010 cujo valor é superior a 250 mil euros.

Anexo I – Contratos que não ocorrem em condições de mercado (Ajuste Directo)

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002395	Telecomunicações - Km 88 a Entroncamento	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000970	Projecto de Execução - Linha do Corgo	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	420 075
5010000969	Projecto de Execução - Linha do Tâmega	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	299 278
5010000169	Instalação CONVEL na Variante de Alcácer	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	07-01-2010	595 537
10002176219	Adaptação CONVEL a sinalização electrón.	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	15-01-2010	1 054 617
5110000155	10º aditamento ao contrato 49/94-SEC Prolongamento da prestação de serviços de assessoria técnica à gestão do Projecto da Linha do Norte.	Empreitadas	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5010002468	LDOURO-ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE KM142+500	Empreitadas	Ajuste Directo	OFM-Obras Púb, Ferrov. Marítim	01-02-2010	1 147 116
5110000154	3º Adicional ao e-contratos nº 4349 EMPREITADA GERAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, VIA E CATENÁRIA	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	19-02-2010	734 365
5010002624	Ramal Neves Corvo - Estabilização Talude	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	02-03-2010	949 230
5010002453	L. Vendas Novas - Alteamento Plataformas	Empreitadas	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	09-03-2010	340 447
5010002449	Gestão Activos - Roll Outs SIGMA	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Accenture, Consultores de Gest	09-03-2010	251 085
5110000165	Gestão de Segurança - Adicional ao econtratos 4939	Prestação de Serviços	Adicional	BRISA Engenharia e Gestão, SA	09-03-2010	6 152 883
5010002761	LV_Manut Correctiva Superestrutura Via	Empreitadas	Ajuste Directo	José Oliveira Chaves & C.ª Lda	15-03-2010	660 368
5010002852	Planeam. operacional rede convencional	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	18-03-2010	390 000
5110000160	Linha do Algarve - Troço Tunes/Lagos - Nova Estação de Lagos - Edificio de Passageiros, Edificio Comercial e Arranjos Exteriores - 1º Adicional ao Contrato 3529/07/CA/GO	Prestação de Serviços	Adicional	THALES Security Solutions &	18-03-2010	323 870
5010000124	Proj. Reab. Estrutural Túnel do Loureiro	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	24-03-2010	279 550
5010002306	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	25-03-2010	38 810 581
5110000149	Atrav. Ferrov. Sado-Ponte e Viaduto Aces - 3º adicional ao contrato 2704	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construçõ	25-03-2010	375 465
5010000649	Adaptação sinalização SSI est. Souselas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Dimetronic SA	30-03-2010	348 733
5010002421	Prest Serv Voz Acesso Directo e Indirect	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	300 000

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002420	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	310 000
5010002355	Adicional ao contrato 3698/CPL Aquisição de 80.709 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	05-04-2010	4 753 760
5110000157	Quadruplicação da linha de Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remodelação das estações de Barcarena e Cacém - 4º adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	05-04-2010	347 227
5010002351	Fornecimento de TB e fixações - Adicional ao contrato 3697/CPL	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	21-04-2010	2 723 095
5110000027	Automatização de 52 PN Linha do Vouga - 1º Adicional ao Contrato nº 4753	Empreitadas	Adicional	ALSTOM Portugal, S.A.	23-04-2010	541 703
5010000372	Substituição do Pontão de Foz dos Claros	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	30-04-2010	597 612
5110000209	3º Adicional Contrato 36/05/CA/CM	Prestação de Serviços	Adicional	EMEF -Emp Manutenc Equip Ferro	30-04-2010	900 000
5110000223	Prest. Serviços Manut. E.Tracção Lote1 - 2ª Prorrogação - Contrato 2866	Prestação de Serviços	Adicional	Efacec - Servicos Manut Assist	30-04-2010	748 065
5010000516	Prest.Serv.Concord.LBB/LBA, ligação PLIE	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-05-2010	563 497
5010001442	Modernização Trabalhos Preparatórios	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	06-05-2010	510 210
10002176343	Instalação de RCT+TP Alfarelos-CoimbraB	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES Security Solutions &	13-05-2010	688 000
5010000508	Prest.Serv. Modernização Covilhã/Guarda	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	20-05-2010	1 537 683
5110000221	Lig. Ferrov. entre Viaduto e o Porto Av. - 2º Adicional ao contrato nº 2901	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	31-05-2010	482 152
5010001465	coordenação de segurança de obra	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	BRISA Engenharia e Gestão, SA	02-06-2010	327 991
5010001770	Assessoria terraplenagem Bombel Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Geocontrole -Gab Geotecnia Top	04-06-2010	255 320
5110000041	HE 470 - 2º Termo Adicional	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	09-06-2010	288 248
5110000235	Prest. Serviços Manut. E. Tracção Lote2 - 2º Adicional ao Contrato 2899	Prestação de Serviços	Adicional	ENSULMECI - Gestão de Projecto	11-06-2010	655 753
5010001454	PE+RECAPE-Quad Contumil-Ermesinde	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	17-06-2010	2 070 187
5010004282	Contrato EAS Microsoft-2009/2012 -2º ano	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	01-07-2010	820 890
5010004085	Ferbritas-Previsão encargos expropriaçõe	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-07-2010	780 000
5010004420	Contrato global Mautenção Sinaliz-THALES	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	23-07-2010	26 100 000
5110000150	5º Adicional Contrato 5889 "ALARGAMENTO E ESTABILIZAÇÃO DA PLATAFORMA FERROVIÁRIA CONTÍGUA AO RIO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PEDONAL RIBEIRINHO ENTRE ALHANDRA E VILA FRANCA DE XIRA"	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	30-07-2010	573 283
5110000264	Quadruplicação da via entre os PK's 13,750 e 18,250 da linha de Sintra e remodelação das estações de Barcarena e de Cacém - 5º Termo Adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	02-08-2010	552 530

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5110000075	HE 470 - 3º Termo Adicional	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	05-08-2010	805 005
5110000241	Manutenção de Passagens de Nivel Automat - 3º Adicional ao contrato 4118	Prestação de Serviços	Adicional	EFACEC-Sistemas de Electronica	06-08-2010	665 600
5110000246	Empreitada geral da variante da Trofa - 5ª Adicional Contrato nº 4349	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	08-09-2010	588 724
5110000280	Prest. Serv. Fisc. e Coord. Seg. - 2º aditamento ao contrato 2317	Prestação de Serviços	Adicional	TPF Planege - Consultores Eng	18-10-2010	739 116
5110000233	1º adicional ao contrato 27/05-CA-LN	Empreitadas	Adicional	Bombardier Transportation Port	18-10-2010	270 188
5010002424	Manutenção Sistemas Inf. e Rede de Dados	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	29-10-2010	5 990 340
5110000298	Empreitada geral da variante da Trofa - 6º Adicional ao e-contrato nº 4349	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	02-11-2010	419 261
5010004362	Empreitada de via na Estação de Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	SOMAGUE/NEOPUL/TOMÁS DE OLIVEIRA	05-11-2010	4 311 321
5010002831	Fiscalização Empreitadas Estação Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIBB, SA/FERCONSULT,SA	05-11-2010	285 580
5110000267	Emprei. benef. reforço 4 túneis Lminho - 2.º Adicional contrato n.º 3185	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	05-11-2010	1 228 059
5010000422	Ensaios de Bombagem	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	AQUALIS CAPTAÇÕES - Hidrogeolo	10-11-2010	299 529
5010000287	Instalação Convel Castelo Branco-Covilhã	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	10-11-2010	1 204 623
5010005018	2º Adicional ao Contrato nº 3697/CPL para o fornecimento de 12.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	10-11-2010	790 200
5010003394	Nova Estação Técnica-Pk118.500 Linha Sul	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	11-11-2010	314 072
5010005019	2º Adicional ao Contrato nº 3698/CPL para o fornecimento de 15.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	18-11-2010	883 500
5010004402	L.Sul.Estabiliz.taludes Km 237,250 e 286	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	22-11-2010	648 088
5110000312	Aveiro 2ª Fase: 3º Adicional Contrato 2901	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	23-11-2010	295 659
5010003352	Regularização de linhas de água-Raquete	Empreitadas	Ajuste Directo	Neopul - Soc Estudos Construçõ	26-11-2010	330 100
5110000315	Quadruplicação da linha de Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remodelação das estações de Barcarena e Cacém - 6º Termo Adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	02-12-2010	486 633
5010001083	Empreitada Alteração Sinaliz. T.Rossio	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	06-12-2010	289 549
5010002704	Aquisição de Balizas convel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	13-12-2010	322 210
5010003116	Vendas Novas - Instalação SINALIZAÇÃO	Empreitadas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	14-12-2010	3 988 839
5010003115	Vendas Novas - Instalação CONVEL	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	15-12-2010	343 911
5010001647	GE - Autónoma 2 LN/LCINTURA LAV	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreend. Industri	15-12-2010	251 459
5110000418	3.ª Renovação - Seguro Responsab. Geral - Seguro de Responsabilidade Civil Geral da REFER	Prestação de Serviços	Adicional	Assicurazioni Generalli	21-12-2010	1 228 805
5110000249	Túnel da Trofa - Adicional Fecho Contas -SPIE	Empreitadas	Adicional	Spie Batignolles Europe	28-12-2010	450 892
5010005410	LN - descarrilamento 16/07/2010	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	31-12-2010	272 922

Anexo II – Empreitada de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010001083	Emp. Alteração Sinaliz. T.Rossio	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003352	Regularização de linhas de água-Raquete	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002453	L. Vendas Novas - Alteamento Plataformas	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003115	Vendas Novas - Instalação CONVEL	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000169	Instalação CONVEL na Variante de Alcácer	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000372	Substituição do Pontão de Foz dos Claros	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010004402	L.Sul.Estabiliz.taludes Km 237,250 e 286	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002761	LV_Manut Correctiva Superestrutura Via	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
10002176343	Instalação de RCT+TP Alfarelos-CoimbraB	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002624	Ramal Neves Corvo - Estabilização Talude	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
10002176219	Adaptação CONVEL a sinalização electrón.	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002468	LDOURO-ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE KM142+500	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000287	Instalação Convel Castelo Branco-Covilhã	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003116	Vendas Novas - Instalação SINALIZAÇÃO	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010004362	Empreitada de via na Estação de Évora	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000008	LNorte Conservação Válega-Gaia	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	12-01-2010	1 822 042
5010000309	Reabit. Inf.troço Alto S. João/Miranda	Concurso Público	Vias Y Construcciones, Sa/Gabriel Couto, Sa/ Electren, Sa	15-01-2010	29 039 776
5010000671	Reabilitação e Reforço-Tunel do Sabugal	Concurso Público	Spie Batignolles/Monte Adriano PT980272610) - Spie Batignolles Europe	20-01-2010	2 119 210
5110000233	1º adicional ao contrato 27/05-CA-LN	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000041	HE 470 - 2º Termo Adicional	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000312	Aveiro 2ª Fase: 3º Adicional Contrato 2901	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000157	Quadrup.o da L.Sintra entre os PK's e remod. Est.Barcarena e Cacém - 4º adi.cont. nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000149	Atr. Ferrov. Sado-Ponte e Viad. Aces-3º adi.contrato 2704	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000298	Emp. geral da variante da Trofa - 6º Adicional -contrato nº 4349	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000249	Túnel da Trofa - Adicional Fecho Contas -SPIE	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000221	Lig. Ferrov. entre Viaduto e o Porto Av. - 2º Ad. cont.nº 2901	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000315	Quadruplicação da L.Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remod. estações de Barcarena e Cacém - 6ºcontrato nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5110000027	Automatização de 52 PN Linha do Vouga - 1º Adicional ao Contrato nº 4753	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000264	Quad. via entre os PK's 13,750 e 18,250 da L.Sintra e remod. Est.Barcarena e de Cacém - 5º Termo Adi. Cont. nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000150	5º Adi. Cont. 5889 "Alarg. e estab. Plat. F. Contíg. ao rio e const. Pass. pedonal ribeirinho entre Alhandra e V.F.Xira"	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000246	Emp. geral da variante da Trofa - 5ª Ad. Contrato nº 4349	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000154	3º Adicional contratos nº 4349 Empreitada geral de construção civil, via e catenária	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000075	HE 470 - 3º Termo Adicional	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000267	Emprei. benef. reforço 4 túneis Lminho - 2.º Adicional contrato n.º 3185	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000155	10º adit. ao cont. 49/94-SEC Prolong. da prest.o de serv. de assessoria técnica à gestão do Projecto da Linha do Norte.	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5120000015	Prorrogação do prazo Telecomando VF Xira	Aditamento	EFACEC-Sistemas de Electronica	25-03-2010	743 966
5120000011	HE 478 P.I. Pk 11+929 e 12+858 Alentejo - 1º adit. ao cont. 3124	Aditamento	Promorail - Tecnologias de	12-04-2010	1 436 441
5120000028	Empreita. Alargamento PI Baiuca 1º Aditamento	Aditamento	Ferrovias e Construções, S.A.	27-04-2010	630 000
5010001147	Remodel. da Est. de S. João do Estoril	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	06-05-2010	3 337 395
5010000555	LOUSAL. INTERFACE E ARRUAMENTOS	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	11-05-2010	289 422
5120000021	Subestação de Tracção Fatela/Penamacor	Aditamento	Siemens,S.A.	14-06-2010	3 870 000
5010001168	Prot. Anticorrosiva Pte. do Lima	Concurso Público	Montaco Tratamentos Anticorros	02-07-2010	1 744 000
5010001891	L.Alg.-Faro/VRSA-Sub. Travessas e carril	Concurso Público	Promorail - Tecnologias de	07-07-2010	3 734 288
5010001892	L.Alg-Tunes/Lagos-Sub.Travessas e carris	Concurso Público	Neopul - Soc Estudos Construçõ	13-07-2010	4 144 438
5010001116	L N - Ap. Canelas PK 282,310 a 284,014	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	22-07-2010	598 981
5120000033	Emp. para o "Proj., Forn. e Mont. Sist.Sinal. Telec. entre Barreiro-Pinhal Novo" - 5º Adit	Aditamento	Alcatel Portugal SA	02-08-2010	11 597 311
5010002264	LN-PK318,375_318,705 Exec BLS	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	13-08-2010	699 838
5010002756	Emp. Const.PD's na Estação Évora	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	02-09-2010	3 170 577
5010002423	Empreitada Autónoma 1 LN LC	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	02-09-2010	19 049 590
5010003396	Empreitada Autónoma 2 LN LC	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	17-09-2010	4 729 368
5010003478	Regularização Ribeira de Aveiras	Concurso Público	Construções Pragosa, SA	20-10-2010	470 124
5010001107	Renovação da L. Leste - Crato / Assumar	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	29-10-2010	7 806 641
5120000025	Subestação de Tracção Fatela/Penamacor	Aditamento	Siemens,S.A.	02-11-2010	3 870 000
5010001447	Automatização de 15 Passagens de Nível	Concurso Público	Efacec Engenharia e Sistemas,	29-12-2010	2 540 244
5120000040	Est. Setúbal - 1º Aditamento Contrato nº 3646	Aditamento	Monte Adriano - Eng Construção	31-12-2010	9 065 391

Anexo III – Aquisição de Bens de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010000581	Aqui.de 80.000 ton de Balastro Tipo II	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	31-03-2010	2 690 817
5010002355	Aqui.de 80.709 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	05-04-2010	4 753 760
5010002351	Aqui.de 41.353 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	21-04-2010	2 723 095
5010001922	Aqui.de 23.000 ton de Carril 60E1 para aplicação em obras da CR durante os anos de 2010 e 2011	Concurso Limitado	ArcelorMittal España, S.A.	08-06-2010	14 835 000
10002176227	Fornecimento de Aparelhos de de Via	Concurso Limitado	VAE GMBH	09-06-2010	9 978 356
10002176227	Fornecimento de Aparelhos de de Via	Concurso Limitado	Futrifer-Indústrias Ferroviári	17-06-2010	16 747 079
5010001614	Aqui.de 7 Aparelhos de Dilatação Unidireccionais com destino à Obra "Variante de Alcácer"	Concurso Público	Futrifer-Indústrias Ferroviári	30-06-2010	616 700
5010001158	Aqui.de 4000 ton de Carril 45E1 para aplicação na linha do Corgo e do Tâmega e 205 ton de Carril de gola para aplicação na obra "Sistema de mobilidade do Mondego - Troço: Mirando do Corvo/Serpins"	Concurso Público	Corus Rail France, S.A.	06-07-2010	2 080 000
5010002382	Aqui.de Apar. Via para Sist. Mobil. Mondego	Concurso Público	Futrifer-Indústrias Ferroviári	22-07-2010	2 446 800
5010002853	Aqui.de 15.000 ton Carril 54E1	Concurso Limitado	ArcelorMittal España, S.A.	22-07-2010	12 093 000
5010000481	Aqui.de Novos Fardamentos para o triénio 2010-2012	Ajuste Directo	TORFAL, Lda	30-07-2010	848 342
5010001203	Aqui. 55.000 Trav. Betão Bibloco Equipadas com fixações p. bitola 1435 mm e Carril 54E1 no Projecto Sist. Mobil. Mondego	Concurso Público	Satepor-Indústria de Travessas	30-08-2010	3 781 250
5010001919	Aqui.de componentes da fixação Nabla para Trav. Madeira e Trav. Betão Bibloco SL	Concurso Público	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod M	17-09-2010	1 055 400
5010005018	2º Adi. Contrato nº 3697para o forn. 12.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	10-11-2010	790 200
5010005019	2º Adi. Contrato nº 3698/CPL para o fornecimento de 15.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	18-11-2010	883 500
5010002704	Aqui.de Balizas para o Sistema Convel para as satisfação de Reservas e para stock mínimo	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	13-12-2010	322 210

Anexo IV – Aquisição de Serviços de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002395	Telecomunicações - Km 88 a Entroncamento	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000969	Projecto de Execução - Linha do Tâmega	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	299 278
5010000970	Projecto de Execução - Linha do Corgo	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	420 075
5010000497	Manut Via Equip Pesado Via Larga	Procedimento de Negociação	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	05-02-2010	2 780 088
5120000020	Manut e Assis Técnica a Aparelhos de Via - 1º Aditamento ao contrato 1297/06/CA/CM	Aditamento	Futrifer-Indústrias Ferroviári	26-02-2010	7 227 266
5010000147	Ataque mecânico pesado	Concurso Limitado	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	03-03-2010	5 526 180
5010002449	Gestão Activos - Roll Outs SIGMA	Ajuste Directo	Accenture, Consultores de Gest	09-03-2010	251 085
5110000165	Gestão de Segurança - Adicional ao econtratos 4939	Adicional	BRISA Engenharia e Gestão, SA	09-03-2010	6 152 883
5110000160	Linha do Algarve - Troço Tunes/Lagos - Nova Estação de Lagos - Edificio de Passageiros, Edificio Comercial e Arranjos Exteriores - 1º Adicional ao Contrato 3529/07/CA/GO	Adicional	THALES Security Solutions &	18-03-2010	323 870
5010002852	Planeam. operacional rede convencional	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	18-03-2010	390 000
5120000017	Manutenção Integral Sin.Tunes-Lagos - 1º Aditamento ao Contrato 5010000710	Aditamento	THALES Security Solutions &	18-03-2010	325 000
5010000124	Proj. Reab. Estrutural Túnel do Loureiro	Ajuste Directo	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	24-03-2010	279 550
5010002306	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	25-03-2010	38 810 581
5010000649	Adaptação sinalização SSI est. Souselas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	30-03-2010	348 733
5010002421	Prest Serv Voz Acesso Directo e Indirect	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	300 000
5010002420	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	310 000
5010000431	Manutenção Completa Ascensores e Escadas	Concurso Público	Schmitt - Elevadores Lda	31-03-2010	3 025 000
5010001013	CMCR-Controlo de vegetação e limp org dr	Concurso Limitado	Maranhão/Fernandes & Remelhe, Lda/ Framegas & Santos, Lda	13-04-2010	1 395 198
5110000223	Prest. Serviços Manut. E.Tracção Lote1 - 2ª Prorrogação - Contrato 2866	Adicional	Efacec - Servicos Manut Assist	30-04-2010	748 065
5110000209	3º Adicional Contrato 36/05/CA/CM	Adicional	EMEF -Emp Manutenc Equip Ferro	30-04-2010	900 000

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010000516	Prest.Serv.Concord.LBB/LBA, ligação PLIE	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-05-2010	563 497
5010001442	Modernização Trabalhos Preparatórios	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	06-05-2010	510 210
5120000014	Elaboração estudos,EIA-Sines Casa Branca - 2.º Aditamento ao Contrato n.º 1894	Aditamento	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	14-05-2010	729 786
5010000508	Prest.Serv. Modernização Covilhã/Guarda	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	20-05-2010	1 537 683
5010001465	coordenação de segurança de obra	Ajuste Directo	BRISA Engenharia e Gestão, SA	02-06-2010	327 991
5010001770	Assessoria terraplenagem Bombel Évora	Ajuste Directo	Geocontrole -Gab Geotecnia Top	04-06-2010	255 320
5110000235	Prest. Serviços Manut. E. Tracção Lote2 - 2º Adicional ao Contrato 2899	Adicional	ENSULMECI - Gestão de Projecto	11-06-2010	655 753
5010001454	PE+RECAPE-Quad Contumil-Ermesinde	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	17-06-2010	2 070 187
5010004282	Contrato EAS Microsoft-2009/2012 -2º ano	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	01-07-2010	820 890
5010004085	Ferbritas-Previsão encargos expropriaçõe	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-07-2010	780 000
5010004420	Contrato global Mautenção Sinaliz-THALES	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	23-07-2010	26 100 000
5010000882	Fornecimento de Energia Eléctrica	Concurso Público	Iberdrola Generacion, S.A.U	27-07-2010	5 017 350
5110000241	Manutenção de Passagens de Nivel Automat - 3º Adicional ao contrato 4118	Adicional	EFACEC-Sistemas de Electronica	06-08-2010	665 600
5010001558	Conversão contas POC em SNC e Upgrade	Concurso Público	Accenture, Consultores de Gest	06-10-2010	250 000
5110000280	Prest. Serv. Fisc. e Coord. Seg. - 2º aditamento ao contrato 2317	Adicional	TPF Planege - Consultores Eng	18-10-2010	739 116
5010002424	Manutenção Sistemas Inf. e Rede de Dados	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	29-10-2010	5 990 340
5010002831	Fiscalização Empreitadas Estação Évora	Ajuste Directo	GIBB, SA/FERCONSULT,SA	05-11-2010	285 580
5010000422	Ensaios de Bombagem	Ajuste Directo	AQUALIS CAPTAÇÕES - Hidrogeolo	10-11-2010	299 529
5010003394	Nova Estação Técnica-Pk118.500 Linha Sul	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	11-11-2010	314 072
5010001647	GE - Autónoma 2 LN/LCINTURA LAV	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreend. Industri	15-12-2010	251 459
5110000418	3.ª Renovação - Seguro Responsab. Geral - Seguro de Responsabilidade Civil Geral da REFER	Adicional	Assicurazioni Generalli	21-12-2010	1 228 805
5010005410	LN - descarrilamento 16/07/2010	Ajuste Directo	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	31-12-2010	272 922